

Artigo

**A “SELVAGEM INDEPENDÊNCIA”:  
RAZÃO, PÁTRIA E COLONIZAÇÃO  
EM DUAS VIAGENS À AMAZÔNIA –  
ALEXANDER VON HUMBOLDT E  
ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA**

Eduardo Gusmão de Quadros\*

**Resumo**

Alexandre Rodrigues Ferreira e Alexander von Humboldt são dois viajantes-cientistas que estiveram na região amazônica sob o domínio português e espanhol, respectivamente, nos fins do século XVIII. Naquele momento, as metrópoles reforçaram seu controle sobre as colônias e, por outro lado, as populações coloniais intensificaram os protestos contra tal controle. Utilizando suas narrativas de viagem, investiga-se como ambos se posicionaram nesses conflitos. Conclui-se que o estudo científico daquelas regiões pouco exploradas contribuiu para fortalecer o poder e o prestígio das metrópoles.

**Palavras-Chave:** Amazônia, viajantes, nações.

**Abstract**

Alexandre Rodrigues Ferreira and Alexander von Humboldt are two traveler-scientists that were in the Portugal's and Spain's Amazon, respectively, in the end of the 18<sup>th</sup> century. At this time, the metropolises reinforced their control on the colonies and, on the other hand, the colonial populations intensified the protests against such control. Analyzing their travel narratives, we investigate how they were positioned in these conflicts. We conclude that the scientific study of those little explored areas contributed to fortify the power and the prestige of the metropolises.

**Keywords:** Amazonian, traveler, nations.

\* Doutorando em História pela Universidade de Brasília.

Quanto mais a civilização se estender sobre a terra, mais ver-se-ão desaparecer a guerra e as conquistas, bem como a escravidão e a miséria  
Condorcet

A crescente mundialização da economia na década de 1990 trouxe de volta fantasmas que já pareciam exorcizados. Os movimentos nacionalistas e os conflitos étnicos retornaram com força dentro do continente europeu, exemplo de riqueza e civilização. A expansão de grupos como os néo-nazistas tem desafiado os intelectuais a elaborar novas teorias, novas explicações que ao mesmo tempo combatam a xenofobia cada dia mais difundida.

O reforço das identidades locais está intimamente relacionado com a nova dominação sem rosto. O “inimigo” nas sociedades de mercado tornou-se um ser abstrato (Castells, 1996, p. 18). Concomitantemente, o enfraquecimento político dos estados colocou em xeque uma identificação básica da vida sócio-cultural dos últimos dois séculos: o Estado-Nação (Bhabha, 1990).

A relação entre o Estado e um sentimento de identidade nacional surgiu, conforme os estudos de Hobsbawm, no início do século XIX (1990, p. 31). Para ele, o período das revoluções burguesas européias (de 1830 a 1848) correlacionou três critérios que definiam uma nação: o primeiro, era possuir uma associação histórica com um Estado durável; o segundo, possuir um vernáculo estabelecido e utilizado em obras escritas; e por fim, devia haver uma “provada capacidade para a conquista” (1990, p. 49).

Já o movimento romântico enfatizava mais o lado “sentimental” desse processo. Quando Ernest Renan tentou definir nação, disse que esta era uma “família espiritual”, não somente um território sob certo governo. Como toda família, para a nação permanecer unida seria necessária uma memória comum — o que implicava certos “esquecimentos” —, além de desenvolver projetos conjuntos visando perpetuar a herança recebida (Renan, 1990, p. 19).

Os elementos políticos, sociais e culturais referidos acima são de grande importância. Porém, eles se referem às nações que foram reconheci-

das na Europa do século XIX. Tais características poderiam ser transpostas para outras épocas ou espaços? O antropólogo Benedict Anderson o faz, chegando, após estudar o surgimento de diversas nações, à sintética definição de nação como uma “comunidade imaginada” entre as pessoas. Essa comunidade seria considerada geograficamente limitada, soberana, fraterna, apesar das desigualdades, e estaria simbolizada pelo Estado (Anderson, 1989, pp.14-16).

Acreditando na riqueza do conceito proposto por Anderson, pretendemos neste texto investigar os contornos da idéia de nação enquanto uma comunidade imaginada, considerando os relatos de viagem de dois cientistas que visitaram a Amazônia nos fins do século XVIII: Alexander von Humboldt e Alexandre Rodrigues Ferreira. Como veremos, seus relatos apontam para uma problemática específica sobre a construção do sentimento nacional nas colônias ibéricas.

### **1. Ser um iluminado**

Alexander von Humboldt (1769-1859) e seu irmão Guilherme (1767-1835) foram mundialmente famosos. O primeiro tornou-se conhecido por sua grande erudição. Desde a juventude se interessava pela ciência e sonhava com a possibilidade de participar das expedições da época. Para isso, além dos estudos aprofundados, participou de diversas academias. No fim da vida, lançou sua obra magna, *Cosmos*, uma verdadeira enciclopédia do conhecimento científico da época (Ribeiro, 1989, p. 93). Já Guilherme não teve a paixão pelas viagens, mas foi um dos grandes articuladores da *kultur* prussiana, sendo o principal mentor da Universidade de Berlim (Dumont, 1994, p.126).

Se os dois irmãos nasceram de uma família importante, abastada, com títulos nobiliárquicos, Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) nasceu na Bahia, em uma família de comerciantes. Logo demonstrou grande inteligência e interesse pelos estudos, por isso ainda adolescente foi para Portugal e

formou-se, em 1778, na primeira turma de Filosofia Natural da Faculdade de Coimbra (Hoch, 1989, p. 150).

O gosto desses jovens pela ciência não nos deve surpreender. Havia nessa época uma “demanda da felicidade”, conforme a expressão de Hazard, e esta seria atingida pelo cultivo da Razão (1974, p. 29). Razão com maiúscula mesmo. Esta era mais que uma forma de pensar, uma espécie de “energia” impulsionando o homem para a realização (Cassirer, 1972, p. 28). A Razão não chegou a ser cultuada com templo, altar e rituais, na França pós-revolução?<sup>1</sup> Leibniz sintetizou bem os dois elementos quando escreveu:

[...] nada serve melhor à felicidade que a iluminação do entendimento e o exercício da vontade para atuar sempre conforme o entendimento e esta iluminação deve ser buscada especialmente no conhecimento daquelas coisas que podem levar nosso entendimento cada vez mais longe, para uma luz mais alta [...] (apud Cassirer, 1972, p. 144)

Outro filósofo, Emmanuel Kant, definiu o pensamento iluminista como “a emergência humana de sua imaturidade”. Daí o mote proposto por ele: “Ousar saber!” Isso significava ter coragem de usar o próprio entendimento para avaliar todas as coisas (Kant, 1991, p. 54). Portanto, fazer ciência.

Alexandre Rodrigues Ferreira e Alexander von Humboldt foram atraídos por esses ideais. Queriam produzir conhecimentos científicos porque acreditavam que eles gerariam o progresso da humanidade. Como outros de seu tempo, dedicaram a vida a esse propósito de expandir a civilização.

---

<sup>1</sup> Michel Vovelle descreve até um interessante “auto-de-fé” da Razão: “O cortejo, tendo à frente uma jovem cidadã representando a deusa Razão, seguida das autoridades e do povo, acaba em auto-de-fé que toma a forma de um mini drama: um indivíduo burlescamente vestido com paramentos sacerdotais, com solidéu e jabô, representa fanatismo e, saindo detrás do altar olha com espanto a deusa Razão. Esta lhe mostra os direitos humanos [...]” (1989: 74).

## 2. Conhecer o mundo

Civilização é a palavra-chave daquela época. Surgiu na França na segunda metade do século XVIII, enquanto o verbo “civilizar”, bem anterior, surgiu no início da ocupação europeia das Américas (Braudel, 1978, p. 239). Nobeit Elias, outro autor que traça a história desse conceito, demonstra como ele simbolizava o “espírito das luzes”, funcionando como uma metonímia daquele período (1990, p. 28).

Para compreender o significado deste termo, o melhor é não procurar uma definição clara e unívoca. A civilização só pode ser definida de forma relacional. Opõe-se ao incivilizado, ao inculto, ao bárbaro. O contato com povos não-europeus é, então, fundamental. Foi desse modo que a população europeia construiu sua auto-imagem (Said, 1990). Daí a moda das viagens a terras longínquas e o grande êxito editorial de seus relatos.

Destacam-se no século XVIII as viagens com propósitos científicos. Elas articulavam dois objetivos básicos: levar a civilização a outros povos e trazer o progresso da ciência ao continente Europeu. Não eram somente viagens, portanto, mas expedições com propósitos pragmáticos bem definidos (Pierini, 1993, p. 166). Quanto mais “incultas” fossem as regiões, mais despertavam a vontade de explorá-las. Revelar, descobrir, eternizar o nome em acidentes geográficos ou em espécimes da natureza era o sonho dos cientistas que se reuniam nas diversas Academias surgidas tanto na Europa quanto nas Américas.

Não sabemos se Alexandre Rodrigues Ferreira tinha algum plano em mente quando D. José I designou-o para chefiar uma expedição “filosófica” aos domínios portugueses. As credenciais do novo cientista, recém-formado aos 23 anos, eram garantidas pelo respeitado naturalista Domingos Vandelli, fundador do Museu de História Natural e do Jardim Botânico de Coimbra (Prestes, 2000, p. 76). Seu destino seria a Bacia Amazônica, região ainda pouco explorada nos seus “sertões”.

Já Alexander von Humboldt sonhou muito tempo com uma ida à África que acabou impedida pelas guerras européias. Houve, então, a chance de visitar a Espanha, de onde ele esperava transpor Gibraltar, mas a amizade com membros da corte possibilitou um encontro com o rei Carlos IV. Este rei ilustrado apoiou os anseios científicos daquele jovem alemão, na época com 28 anos, e enviou-o à América. Foi com orgulho que posteriormente Humboldt escreveu: “nunca um estrangeiro havia sido honrado com maior confiança da parte do governo espanhol” (Tomo I, p. 45).<sup>2</sup>

O modo como foram direcionadas as duas expedições demonstram alguns aspectos importantes. Mesmo havendo preocupação com o aperfeiçoamento da ciência e da civilização, a presença de estrangeiros nas colônias era rigorosamente vigiada. Isso significa que os ideais civilizatórios não estavam alienados de uma política ainda relacionada à conquista territorial. Em segundo lugar, as monarquias esperavam retirar algum proveito dessas viagens tão longas e caras. Isso retoma o sentido antigo da palavra “explorador”. No exército romano, era um cargo com grande importância militar, pois observava o exército a ser combatido, informando também sobre o território do inimigo (Bourguet, 1997a, p. 210). Não foi sem motivo, destarte, a ida dos dois cientistas para regiões limítrofes dos dois impérios, que naquele momento passavam por processos de demarcação das fronteiras.

Em terceiro lugar, podem ser percebidas algumas diferenças das expedições dos séculos XVI e XVII e as ocorridas no século XIX. Enquanto as primeiras visavam a tomada de posse do território, as últimas pressupunham uma concepção bem mais “neutra” de ciência. Esse aspecto relaciona-se com a mudança de atitude em relação ao mundo natural, principal objeto de estudo desses empreendimentos. No século XVIII, como demonstrou Keith Thomas (1988), a antiga visão utilitária da natureza, ou sua abordagem antropocêntrica, foi sendo substituída por outra, onde o mundo natural é con-

---

<sup>2</sup> Como todos os cinco tomos da *Viaje a las regiones equinociales del nuevo continente* são de uma edição venezuelana feita em 1985, consideramos mais claro citar o tomo da obra ao invés do ano.

cebido de forma autônoma. Esses tópicos serão retomados e melhor esclarecidos na análise dos relatos produzidos pelos cientistas-viajantes.

### 3. O cientista-viajante

A categoria “viajante” é enganosa. Por meio dela abarcam-se diferentes tipos de pessoas e expedições. Por isso existem algumas classificações. Estuardo Nuñez propôs uma tipologia cronológica. As primeiras viagens a América, dos séculos XV ao XVIII, tinham por meta prioritária “descobrir” novas terras e explorar suas riquezas (1961, p. 84). As viagens do século XIX seriam as científicas propriamente ditas, quando o viajante pretende recolher matérias que possibilitem o desenvolvimento da ciência (1961, p. 85). Como em toda tipologização, há nesta generalizações excessivas, além da escassa distinção do Século das Luzes, período de nosso interesse.

Em um estudo bem mais completo dos viajantes da Amazônia, João Pacheco de Oliveira propôs diversos critérios para distingui-los. Seriam cinco as questões básicas que deveriam ser colocadas na análise: as finalidades de cada viagem; os patrocinadores e seus motivos; a pessoa dos viajantes e suas qualificações intelectuais; as recompensas que eles teriam ou poderiam obter; a forma de organização das viagens (1987, p. 102).

Para os objetivos deste trabalho, não é necessário seguir tal roteiro nem pretendemos propor aqui alguma nova classificação. Mais importante é notar que não se pode homogeneizar as expedições ou apenas retirar certos dados dos relatos. As diferenças entre Humboldt e Ferreira emergem da própria forma de narrar suas experiências de viagem, aspecto pouco observado pelos estudiosos quando utilizam os “viajantes” como fonte.

Alexandre Rodrigues Ferreira teve poucas condições de reescrever seus textos. Ele nunca os publicou em vida.<sup>3</sup> Após seu retorno, a coleção

---

<sup>3</sup> Grande parte de seus estudos permanecem manuscritos na seção de obras raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, como se pode aferir pelo catálogo que esta biblioteca editou (1992).

natural que enviara à metrópole precisava ser primeiro organizada e catalogada. Seu trabalho foi interrompido por problemas políticos e, mais tarde, com a invasão francesa, em 1807, o governo napoleônico transferiu tudo para Paris. Diz-se que Rodrigues Ferreira teria morrido desgostoso, em 1815, por não conseguir retomar suas pesquisas após tantos anos (Raminelli, 2000, p. 29).

Bem diferente foi o caso de Humboldt, que passou mais de dez anos organizando suas anotações e diários. Seu método de expor as informações foi pensado cuidadosamente. Após vencer a “extremada repugnância” de fazer um relato de sua viagem, decidiu publicá-lo, em 1816, juntamente com as análises científicas dos dados. Dessa forma, pretendia atingir um público bem maior (Tomo I, p. 27).

A *Viagem filosófica* e a *Viagem às regiões equinociais* são, portanto, textos bastante distintos. Além da crueza das informações de Ferreira, sua redação é a de um diário com impressões imediatas. São poucas as reflexões mais sistemáticas, limitando-se a dar alguns conselhos aos administradores metropolitanos. Diferentemente, Humboldt interpreta seus dados, compara-os, reelabora-os, e como publicou sua obra após a independência das regiões que visitou, existem diversos trechos onde expõe suas idéias sobre a potencialidade das novas nações.

#### **4. A pátria e a ciência**

Se a idéia moderna de nação surgiu nos albores do século XIX, aplicar simplesmente a mesma palavra a períodos anteriores não é de bom alvitre. Até o século XVIII, o termo “nação” era aplicado aos judeus ou aos povos indígenas, mas não a países. A palavra “pátria” possuía também sentido diferente, referindo-se ao local de nascimento. Nação e nascer, obviamente, vêm da mesma raiz. Pátria e nação acabaram tornando-se quase sinônimos quando, durante o romantismo, foram assumindo o significado atual.



O fim do século XVIII pode ser considerado uma época de transição. Denominá-la de pré-nacionalista transmite uma idéia correta, mas o prefixo “pré” embute um sentido teleológico estranho à boa análise do passado (cf. Veyne, 1982, pp. 59-60). Outra opção seria o conceito de “nativismo”, que tem sido usado com proveito para obras do século XVII e XVIII (v.g. Lafaye, 1977; Mello, 1997). Entretanto, o termo se fixa no local de nascimento, e não possui suficiente elasticidade para cobrir outras áreas.

Para retratar melhor os processos que investigamos, propomos o conceito de “patrialização”. A referida expansão semântica do termo “pátria” foi acompanhado da difusão de uma *ideologia pátrica*. Com ideologia entendemos, inspirados em Paul Ricoeur (1991), um conjunto de representações que dá unidade ao grupo, neutralizando as diferenças. Esse conjunto implica certa adequação a um projeto, legitima ações e catalisa utopias. De forma geral, como tais representações são incongruentes com a realidade, envolvem também o nível das crenças e do imaginário. Juntando “ideologia” com a palavra adjetivada “pátrica”, desejamos apontar para a expansão dos significados do conceito de pátria, que passou a englobar novas experiências, em um processo concretizado no século XIX em diversas partes do mundo.

Para tornar mais claro o conceito, ressaltamos que o movimento de *patrialização* ocorre em dois sentidos básicos. O primeiro, indica o reforço neste período do sentimento de comunhão entre as metrópoles e as colônias, efetivado pelos impérios da Península Ibérica. O volume de correspondências aumenta, as reformas na administração buscam racionalizá-la, novas práticas mercantilistas são impostas tanto pelo regime borbônico como o pombalino. O segundo remete às revoltas nativistas cada vez mais comuns e à união das elites coloniais contrárias ao controle externo, o que resultará nas lutas pela independência.<sup>4</sup> Tais revoltas demonstram outra apropriação

---

<sup>4</sup> Não é o caso aqui de entrarmos no debate entre o que veio primeiro, se o sentimento nacional ou a independência política, até porque consideramos o conceito de nacionalidade envolvido viciado por uma leitura eurocêntrica. Uma resenha deste debate encontra-se em Graham (2001).

dessa ideologia, ou seja, que os colonizados também podem ressignificar discursos e práticas metropolitanas. As “comunidades imaginadas” podem, pois, se multiplicar.

As expedições científicas serviram para a propagação da ideologia pátrica? No caso dos dois viajantes em estudo, consideramos que sim. Não nos referimos exatamente ao papel ideológico da ciência ou a sua capacidade de legitimar a dominação, denunciada por Habermas (1973). O simples desembarque nos portos de Cumaná (Humboldt) e Belém (Ferreira) com seus instrumentos modernos, sua pompa, seus livros e saberes, faziam os colonos se sentirem honrados. O rei havia se lembrado deles enviando pessoas distintas e cultas. Cientistas! Por isso ambos receberam toda a ajuda necessária, mesmo que, de vez em quando, precisassem apresentar as ordens régias. Os olhares curiosos e as perguntas impertinentes também faziam parte desse assédio.

Da parte das Coroas, o estudo científico de regiões ainda pouco conhecidas muito contribuía para o surgimento de novas possibilidades exploratórias. As medições da altura, pressão atmosférica, umidade, salinidade do solo e regime pluvial podiam ser utilizadas para o benefício agrícola. As espécies animais e vegetais estudadas revelavam produtos que podiam ser aproveitados. Além disso, ambos fizeram prospecções minerais, inclusive de ouro. A conquista científica neste período tornou-se tão importante quanto a militar.<sup>5</sup>

O fruto mais imediato destas viagens para as metrópoles talvez fosse as informações sobre a administração. Muitos aspectos dificilmente acessíveis à corte chegavam pelos relatórios e cartas dos viajantes. As sugestões dadas por eles para *aperfeiçoar* o sistema foram inúmeras. Como na Hilea Amazônica a mão-de-obra era predominantemente indígena, a civilização e o trato com os nativos — fundamentais nas próprias expedições — foi tema de destaque nos relatos.

---

<sup>5</sup> Neste ponto, discordamos de Bouguet (1997b: 42) quando ela opõe excessivamente a conquista militar e a científica.

## 5. A colonização e a civilização

Havia um debate percorrendo a Europa sobre a natureza da América. Buffon e De Pauw haviam escrito obras onde postulavam a inferioridade dos americanos, da fauna e da flora existentes no Novo Mundo. Nos dois continentes vozes discordantes levantaram-se, indicando dados que não se encaixavam nas teorias elaboradas por esses pensadores. Essa foi a conhecida “disputa” resenhada por Antonello Gerbi (1996).

Alexandre Rodrigues Ferreira (1983) pouco adentrou nesse debate. Em Portugal, boa parte da disputa havia ocorrido através da Igreja.<sup>6</sup> O marquês de Pombal, posteriormente, retomou dos teólogos a idéia de que os índios poderiam ser plenamente civilizados, transformados em “cidadãos”. Foi esse ideal civilizador que guiou a política metropolitana sintetizada pelo *Diretório dos Índios* (Almeida, 1997).

Em sua viagem, Ferreira pôde avaliar a aplicação do projeto pombalino. De forma geral, ele não critica o rei ou seus ministros. Ele estava na Amazônia, afinal, sob suas ordens. Mas não é só por isso. O cientista luso-brasileiro compartilha as idéias ilustradas norteadoras da administração lusitana (cf. Falcon, 1993). Os problemas surgem da corrupção, do desleixo, da incapacidade dos funcionários locais.<sup>7</sup> As escolas, tão importantes para a civilização dos nativos, não são fundadas; o *nhengatu* — a língua geral dos povos amazônicos — continua em pleno vigor, apesar de seu uso ter sido proibido (Quadros, 2001).

---

<sup>6</sup> Infelizmente, após tantos anos das pesquisas de Gerbi, publicadas pela primeira vez em 1955, ainda faz falta uma pesquisa semelhante para o império português.

<sup>7</sup> Em muitas povoações não encontrou sequer uma botica e acusa os diretores de estarem sendo piores que os padres (Ferreira, 1983: 113). Comentando o descaso com a vida dos indígenas, ele escreve “que os índios depois de livres ficaram nesta parte de pior condição que a que tinham quando escravos. O senhor na vida do escravo zelava o seu dinheiro; o diretor na vida do índio não zela interesse algum” (id: 76).

A situação de miséria descrita por Ferreira em cada localidade em que pára não é somente culpa dos brancos. Mesmo não adotando o conceito de raça, ele supõe uma natureza do indígena. Parece em alguns momentos duvidar das crenças iluministas com que partira de Lisboa. Ao tratar das capacidades “espirituais” dos *tapuias* resolve não falar por si mesmo, de sua experiência, preferindo citar outros viajantes que os detrataram. Por exemplo, Chanvalon:

A sua razão não é mais iluminada nem mais providente que o instinto dos animais. A razão dos homens do campo, os mais grosseiros, e a dos negros criados nas partes da África mais afastadas do comércio, algumas vezes deixa entrever uma inteligência ainda que embrionária, capaz de desenvolver-se. Porém a dos Caraíbas, nem isso é capaz de mostrar (apud. Ferreira, 1972, p. 87).

Duas páginas depois, se corrige e reafirma as possibilidades civilizatórias:

Adverte-se, contudo, que as reflexões acima taxando os americanos de estúpidos e indolentes, menos gente que nós, [...] é uma análise ao pé da letra. Por outra perspectiva, é de se reconhecer que estão em outro estado de sociedade, em outra ordem das coisas, em outro país e com diferentes necessidades. [...] Como seus requisitos naturais são poucos, também os seus esforços espirituais e corporais estão na mesma proporção (op. cit., p. 89).

Uma das mais importantes maneiras de civilizar os índios é a agricultura. O trabalho agrícola, afirma, é o “fundamento essencial de toda a sociedade civil” (Ferreira, 1983, p. 211). Difícil era fazer os índios cuidarem das roças. Estavam acostumados apenas a colher o que a natureza lhes oferecia (op. cit., p. 154). Os diretores brancos, na verdade, não agiam de forma tão diferente, pois os produtos comercializáveis advinham de atividades puramente extrativistas (op. cit., p. 113). Sintetizando as idéias de Ferreira em relação a este tema, Ronald Raminelli escreveu que, para o cientista lusobrasileiro, a agricultura, se realmente praticada, seria a “salvação da Amazônia” (1996, p. 176).

Falta entender o que seria essa salvação. A abordagem de Ferreira do mundo natural é marcada pelo utilitarismo (Raminelli, 1996, pp. 173 e 179). Sua questão é: como a metrópole pode tirar proveito dessa região? Não faltam no texto idéias, sugestões, indicações de práticas que gerariam a “remissão” daquela colônia, ou seja, o desenvolvimento do Grão-Pará. Desenvolver economicamente é também levar o progresso da civilização. É por unir esses dois ideais que a atividade científica de Ferreira costuma ser identificada como uma expressão dos interesses estatais (Coelho, 1999, p. 117; Raminelli, 1996, p. 181).

Se Alexandre Rodrigues Ferreira está, na prática, a serviço do Estado, Alexander von Humboldt se coloca como um servo da ciência. Ele está na América sob a permissão da corte, mas não imediatamente sobre suas ordens. Além disso, sua concepção de ciência e de natureza possui uma autonomia bem maior. As investigações valem por si mesmas e não precisam ter aplicação imediata. Ele tem a alegria de simplesmente “descobrir” uma região.<sup>8</sup>

A postura do investigador alemão em relação à metrópole é de maior independência, mas isso não significa que estejam ausentes no texto de *Viagens às regiões equinociais* tópicos de interesse estatal. Para os nossos propósitos, destacamos a conclusão do segundo livro, onde o investigador alemão tece comentários sobre a capacidade de as colônias americanas formarem verdadeiras nações.

---

<sup>8</sup> Sua admiração e alegria são manifestadas diversas vezes, como no trecho seguinte: “Quando pela primeira vez um viajante recém chegado da Europa penetra nas selvas da América meridional, a natureza se lhe exhibe de uma maneira inesperada. (Ele) ...sente a cada instante que se encontra, não nos limites, senão no centro da zona tórrida, não em uma das Antilhas, senão em um vasto continente, onde é gigantesco tudo, os montes, os rios, a massa de vegetais. Se é sensível a beleza dos sítios agrestes, custa muito trabalho dar conta dos sentimentos diversos que experimenta. Não sabe como discernir o que mais excita sua admiração...” (II:30). Flora Sussekind afirma ser este deslumbramento de Humboldt uma influência direta da obra de Goethe, um modelo na época (1990:128).

Existiriam muitas dificuldades, pensa Humboldt, para que o processo de patrialização, conforme o definimos, se concretizasse. A temporalidade não seria uniforme, havendo falta de fortes tradições. Essa “falta de lembranças que caracteriza os povos novos, seja nos Estados Unidos, seja nas possessões espanholas e portuguesas”, levaria ao fraco apego dos colonos ao solo em que habitam (Tomo I, pp. 455-56). A transposição de nomes europeus para os lugares do Novo Mundo totalmente diferentes pouco resolve, pois cedo o traço afetivo é perdido e aqueles nomes deixam de referir-se “a um lugar ou um tempo determinados” (op. cit., p. 457).

Um elemento importante poderia ser a religião. A experiência europeia o demonstra. Contudo, nas Américas e no Caribe a Igreja produziu o inverso. Os deuses locais, cultuados pelos antepassados, se perderam. O deus cristão, por ser universal, não reforçou a ideologia pátrica, ou em suas palavras:

Dando excessiva extensão às idéias, recordando a todos os povos que eles são parte de uma mesma família, o cristianismo debilitou o sentimento nacional e difundiu em ambos os mundos as vetustas tradições do Oriente e outras que lhe são próprias, Nações que diferem em origem e idiomas receberam recordações comuns; e o estabelecimento das missões, depois de haver colocado as bases da civilização em uma grande parte do novo continente, deu às idéias cosmogônicas e religiosas uma notável preeminência sobre as lembranças puramente nacionais (Humboldt, op. cit., p. 458).

Já vivenciando os primórdios do romantismo, Humboldt demonstra ser um grande defensor das tradições locais. Soma-se a isso a crítica à Igreja, esta advinda já do iluminismo. Em lugar da cristandade unificada,<sup>9</sup> nações. Mas nas Américas faltava ainda outro elemento: uma cultura sólida. Na ótica do cientista, as colônias “não possuíam nem história, nem literatura nacionais” que as unificassem (op. cit., p. 459).

---

<sup>9</sup> Lembramos com Pierre Chaunu que no século XVIII a Cristandade encontra seu fim (1985: 300).

Ao visitar as cabeceiras do rio Negro, Humboldt nota ainda como o “demônio da política européia” atravança os avanços da civilização. Ali, espanhóis e portugueses, povos irmanados historicamente, estabeleceram um “sistema de desconfiança mútua” por causa da proximidade geográfica<sup>10</sup> (Tomo IV, pp. 207-209). Por isso, “os limites da civilização” acabavam distinguindo-se no Novo Mundo dos limites políticos (Tomo Você, p. 113).

E os índios, podiam eles ser civilizados? Este viajante-cientista crê que sim, mas não como as missões religiosas vinham fazendo. No relato das *Viagens*, o clero aparece geralmente preguiçoso, indolente, pouco preocupado com o progresso dos nativos. Humboldt até aconselha:

Abandonando o sistema, sem fundamentos racionais, de introduzir o regime dos monastérios nas florestas e savanas da América, deixando que os índios gozem dos frutos de seus trabalhos e governando-os o menos possível, quer dizer, não obstaculizando a cada passo sua liberdade natural, os missionários veriam ampliar-se rapidamente a esfera de sua atividade, que deveria ser a da civilização humana (Tomo IV, p. 392).

Poderíamos pensar que Humboldt, morando muitos anos na França, teria se aproximado da tese do “bom selvagem”. Não é verdade. A maior autonomia requerida no trecho acima aparece relacionada com o trabalho para a elite branca. O melhor meio de civilizar os povos nativos seria, propõe ele, a agricultura, “que por si só consolida as bases da sociedade” (Tomo II, p. 298), e o comércio (Tomo Você, p. 85). Os índios, portanto, permaneceriam a serviço dos colonizadores. Promover a civilização dos índios, conforme o iluminismo, percebeu Duchet, não é dar-lhes liberdade (1975, p. 194). Mas Humboldt pensava de modo diferente: os indígenas permanecendo incivilizados jamais viveriam “livres”, somente na sua “*selvagem independência*” (Tomo IV, p. 593).

---

<sup>10</sup> O ilustrado viajante buscou inclusive retirar desta disputa uma lei: “Os ódios nacionais não se modificam unicamente de acordo com a diversidade de origem, de costumes e dos progressos da civilização; em qualquer parte onde estejam em vigor deve-se considerar como efeito da posição geográfica e dos interesses opostos que dela resultam” (Tomo IV: 209).

## 6. Civili-nação

O progresso da civilização, prometia o iluminismo, seria o progresso da liberdade. Na situação colonial, a Razão parecia se trair. Com Alexandre Rodrigues Ferreira, o saber científico foi instrumentalizado para o desenvolvimento da metrópole. Em Alexander von Humboldt sua suposta objetividade reforçou a manutenção da estrutura étnico-social.

Outra semelhança surge nas posturas tomadas diante dos processos de patriarquização das Américas. Ao visitar a Amazônia nos anos de 1783 a 1792, período em que idéias independentistas circulavam, Ferreira age como mero agente metropolitano, pouco importando seu nascimento na colônia lusitana. Humboldt, que esteve na Venezuela durante o ano de 1799, comenta tais idéias, até porque acompanhou da Europa as lutas pela independência. Entretanto, como vimos, é bem pessimista em relação aos novos países, reproduzindo os ideais colonialistas.

Os estudos de Benedict Anderson indicaram na emergência das nações uma noção mais ou menos unificada de tempo, uma língua compartilhada, a existência de redes de informação que unam diferentes espaços e uma administração centralizada (1989, pp. 17-45). Esses elementos, sem excluir outros possíveis, levaram habitantes de uma região a vivenciar certas experiências atribuindo-lhes significados semelhantes. Tais significados partilhados geraram o sentimento de uma identidade comum, imaginando-se vínculos comunitários através de grandes espaços.

Ora, os dois viajantes-cientistas visitaram regiões com ampla presença de povos indígenas. Lendo os relatos, os índios parecem ser os grandes culpados do atraso sócio-econômico-cultural daquelas paragens. Mas, de modo paradoxal, nem Ferreira nem Humboldt enxergaram nos indígenas pessoas com vontade própria, que também possuem seus desejos e projetos. A culpa recaí, destarte, sobre os “brancos” da administração, grupo ao qual eles se associaram.



A “comunidade” é imaginada precariamente porque a relação entre os grupos é de dominação. Há uma fissura no projeto civilizacional iluminista por onde penetram práticas discriminatórias e hierarquizadoras com os não europeus. Ao se colocarem como cientistas, Alexandre Rodrigues Ferreira e Alexander von Humboldt separaram o saber do poder metropolitano, a quem realmente serviam.

### Bibliografia

ALMEIDA, Rita Heloísa. *O diretório dos índios – um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora da UnB, 1997.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio L. de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

BHABHA, Homi. “Introduction”. In: BHABHA, Homi (ed.) *Nation and narration*. London: Routledge, 1990, pp.1-7.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Alexandre Rodrigues Ferreira. Amazônia redescoberta no século XVIII*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1992.

BOUGUET, Marie-Noelle. “O explorador”. In: VOLVELLE, Michel (org.). *O homem do Iluminis-*

*mo*. Trad. Maria G. Segurado. Lisboa: Editorial Presença, 1997a, pp.209-49.

BOUGHET, Marie-Noelle. “Voyage, mer et science au XVIIIe siècle”. *Revue d’Histoire Moderne et Contemporaine – Bulletin*. Bordeaux, tome 44, 1997b, pp.39-56.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. Trad. J. Guisburg e Tereza C.S. da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1978.

CASSIRER, Ernest. *Filosofia de la Ilustración*. 3ª ed. Trad. Eugênio Imaz. México: Fondo de Cultura Económica, 1972.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Trad. Klaus B. Ge-

rhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CHAUNNU, Pierre. *A civilização da Europa das Luzes*, vol 1. Trad. Manuel J. Gomes. Lisboa: Estampa, 1985.

COELHO, Mauro Cezar. “As viagens filosóficas de Charles-Marie de la Condamine e Alexandre Rodrigues Ferreira”. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas terras do cabo Norte*. Belém: Editora Universitária da UFPA, 1999, pp.97-128.

DUCHET, Michele. *Antropología e historia en el siglo de las luces*. Trad. Francisco G. Aranburo. Madrid: Siglo XXI, 1975.

DUMONT, Louis. “Wilhem von Humboldt or ‘Bildung’ alive”. In: DUMONT, Louis. *German ideology*. Chicago: University of Chicago Press, 1994, pp.82-144.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador – Uma história dos costumes*, vol.1. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

FALCON, Francisco. *A época pombalina*. 2ª.ed. São Paulo: Ática, 1993.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica ao Rio Negro*. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1983.

\_\_\_\_\_. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá — Memórias, Zoologia e Botânica*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

GERBI, Antonello. *O novo mundo – A história de uma polêmica*. Trad. Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GRAHAM, Richard. “Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado”. *Diálogos*, 5, 5. Maringá, UEM, 2001, pp.11-47.

HABERMAS, Jürgen. *La technique et la science comme ideologie*. Trad. Jean-René Ladimiral. Paris: Gallimard, 1973.

HAZARD, Paul. *O Pensamento europeu no século XVIII*. Trad. Carlos G. Babo. Lisboa: Editorial Presença, 1974, 2 vols.

HOBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Trad.

Maria C. Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HORCH, Rosemarie E. “Alexandre Rodrigues Ferreira, um cientista brasileiro do século XVIII.” *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 30. São Paulo, 1989, pp.149-59.

HUMBOLDT, Alexander von. *Viaje a las regiones equinociales del nuevo continente*. Trad. Lisandro Alvarado. Caracas: Monte Ávila, 1985, 5 vol.

KANT, Emmanuel. “What is enlightenment?” In: REISS, Hans (ed.) *Kant – Political Writings*, 2<sup>a</sup> ed. Trans. H. B. Nisbet. New York: Cambridge University Press, 1991.

LAFAYE, Jacques. *Quetzacoatl y Guadalupe – La formación de la conciencia nacional en México*. Trad. Ida Vitale. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.

MELLO, Evaldo Cabral. *Rubro Veio – O Imaginário da restauração pernambucana*. 2<sup>a</sup>-ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

NUÑEZ, Estuardo. “Los escritores viajeros en América”. *Revista de Historia de América*, 51. México, 1961, pp.81-97.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. “Elementos para uma sociologia dos viajantes”. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

PIERINI, Margarita. “La mirada y el discurso: la literatura de viajes”. In: PIZARRO, Ana (org.) *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura*, vol II. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993, pp. 161-86.

PRESTES, Maria E. Brzezinski. *A investigação da natureza no Brasil colônia*. São Paulo: Annablume, 2000.

QUADROS, Eduardo Gusmão. “A luta pela língua”. *História: questões e debates* 18, 35. Curitiba, 2001, pp.211-226.

RAMINELLI, Ronald. “Alexandre Rodrigues Ferreira”. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, pp.27-29.

\_\_\_\_\_. “Ciência e colonização — a viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira”.

*Tempo*, nº6. Rio de Janeiro, 1996, pp.157-82.

RENAN, Ernest. “What is a nation?” In: BHABHA, Homi (ed.) *Nation and Narration*. London: Routledge, 1990, p. 8-22.

RIBEIRO, Orlando. *Opúsculos geográficos*, vol 2. Lisboa: Fundação Calouste Gubenkian, 1989.

RICOEUR, Paul. *Ideologia e utopia*. Trad. Tereza L. Perez. Lisboa: Edições 70, 1991.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Tomas R. Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. Trad. João R. Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Trad. Alda Baltar e Maria A. Kneipp. Brasília: Editora da UnB, 1982.

VOLVELLE, Michel. *A Revolução Francesa contra a Igreja*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.